

Representação mental do sujeito nulo no português do Brasil

**Celso Novaes
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Abstract

This work presents a study of the mental representation of the null subject in Brazilian Portuguese. The analysis of the data is based on the theoretical framework established by Speas (1995).

Based on the data collected from five radio and TV interviews, I propose that the null subject in Brazilian Portuguese be represented in two different ways. In the first person, the null subject has a pronominal nature, which places the Brazilian Portuguese together with languages such as Italian and Spanish. In the other persons, the null subject presents a variable nature, which places the Brazilian Portuguese among languages like Chinese and Japanese.

INTRODUÇÃO

O estudo das categorias vazias tem se constituído num dos mais promissores campos da lingüística contemporânea. Estando ausente dos dados, do ponto de vista físico, as categorias vazias se constituem em grande desafio para as teorias que não admitem algum tipo de componente inato no processo de aquisição de linguagem. Elementos mentalmente ativos mas sem realização fonética, as categorias vazias evidenciam, portanto, a existência de algum tipo de expectativa semântica determinada aprioristicamente.

Uma das categorias vazias mais analisadas nos últimos tempos é o sujeito nulo. Os estudos atuais sobre o sujeito nulo têm indicado a existência de dois grupos diferentes de línguas com autorização para a não realização fonética do sujeito: no primeiro grupo estão as línguas cuja flexão de acordo é rica, como o italiano; no segundo estão as línguas cuja flexão de acordo é ausente, como o chinês.

Esses dois grupos diferentes de língua possuem sujeitos nulos de diferentes naturezas: no italiano, o sujeito nulo possui caráter pronominal; no chinês, embora o sujeito nulo possa ser pronominal em determinados contextos, ele possui predominantemente caráter de variável.

O *status* do português do Brasil (doravante PB) em relação aos dois paradigmas descritos acima – o do italiano e o do chinês – não é claro. De um lado, não há dúvida de que o PB está entre as línguas com autorização para a realização do sujeito nulo. De outro lado, vários estudos têm demonstrado que no PB tem havido uma tendência ao não apagamento do sujeito. Além disso, a realização do sujeito nulo depende cada vez mais da existência de um antecedente no discurso.

Este trabalho tem como objetivo fundamental argumentar em favor da existência de dois tipos diferentes de representação mental do sujeito nulo no português do Brasil. A perspectiva teórica que serve de base para a análise desse fenômeno é a proposta em Speas (1995), resumida na seção seguinte.

1. O FENÔMENO DO SUJEITO NULO NA PERSPECTIVA DA TEORIA MINIMALISTA

O fenômeno do sujeito nulo será analisado neste trabalho segundo a perspectiva teórica proposta em Speas (1995), no qual ela rompe com o pressuposto de que a distribuição de sujeitos nulos seja derivada de condições de licenciamento específicas, e conseqüentemente, que a variação observada entre as línguas seja conseqüência da existência de um parâmetro, como o *parâmetro pro-drop* ou o *parâmetro do tópico zero*.

O pressuposto de Speas é que a distribuição de sujeitos nulos seja derivada da atuação de princípios de economia. Além disso, ela propõe que AGR, ao contrário de TENSE e ASPECT,¹ não recebe nenhuma interpretação independente, e portanto, pode estar ausente na *forma lógica*. Finalmente, ela propõe que AGR não seja obrigado a ocupar um núcleo sintático independente antes da *forma lógica*. Sendo assim, ela propõe que AGR seja gerado como um núcleo independente somente nas línguas onde a flexão é rica. Daí, ela extrai a seguinte generalização:

- (1) a. Uma língua tem sujeito nulo se AGR é gerado na base como núcleo independente.
- b. Uma língua não pode ter sujeito nulo se AGR é gerado na base sobre o verbo.
- c. Uma língua tem sujeito nulo se ela não tem AGR.

Speas propõe a existência de um princípio de economia que determina que XP deve ser projetado somente se ele tem conteúdo.

Assim, se AGR é gerado como um núcleo independente, AGR tem conteúdo e pode ser projetado, não havendo necessidade de preencher a posição de especificador de AGRP. Se AGR é gerado sobre o verbo, não há núcleo com conteúdo disponível para nuclear AGRP. Sendo assim, o único caminho para evitar a violação desse princípio de economia em seu caso b é a posição de especificador ser preenchida antes de *spell-out*. Neste caso, afirma Speas, ou um sintagma nominal deve mover-se para a posição de especificador de AGRP ou um elemento pleonástico deve ser inserido. Numa língua onde não existe nenhuma marca de AGR, AGRP não é projetado e conseqüentemente nada força o movimento de um sintagma nominal para a posição de especificador de AGRP.

O que determina, segundo Speas, que um afixo tenha uma entrada lexical independente, podendo assim projetar AGRP sem um especificador até *spell-out*, é o que ela chama de paradigma pleno.

Speas, baseada no trabalho de Rohrbacher (1993), assume que uma língua tem o paradigma pleno se ela obedece às seguintes condições:

- (2) a. Em pelo menos um número e um tempo verbal, os traços de 1^a e 2^a pessoa são distintivamente marcados.
- b. Em pelo menos uma pessoa de um tempo verbal, o traço de número [singular] é distintivamente marcado.

Resumindo: Speas defende que se uma língua não tem um paradigma pleno, como ocorre com o inglês, então ela não permite que AGR seja gerado como um núcleo independente e, conseqüentemente, não permite que o especificador de AGRP seja nulo. Se ela possui um paradigma pleno, como ocorre com o italiano, então ela pode ter os afixos de acordo listados como entradas lexicais independentes, podendo assim ter o especificador de AGRP nulo até *spell-out*. Finalmente, numa língua onde não existe nenhuma marca de acordo, como ocorre com o chinês, AGRP não é projetado e, conseqüentemente, nada força o movimento de um sintagma nominal para a posição de especificador dessa projeção máxima.

Na próxima seção, eu vou apresentar dados do português do Brasil, enfatizando os contextos de ocorrência do sujeito nulo, para que na seção seguinte eu possa avaliar até que ponto esses dados podem ser acomodados na proposta de Speas.

2. OS DADOS

Com o objetivo de formar um *corpus* que me propiciasse condições para refletir sobre dados da língua utilizada num nível mediano de formalidade por pessoas de nível superior de formação, gravei e transcrevi cinco entrevistas de rádio e televisão.

A distribuição de sujeitos nulos neste *corpus* não se mostrou uniforme, variando em função do tempo e da pessoa.² A análise da distribuição de sujeitos nulos em função do tempo verbal indica que a taxa de ocorrência de sujeitos nulos é sempre menor do que a taxa de sujeitos foneticamente realizados, com exceção do futuro simples. Neste tempo verbal, foram encontradas quatro ocorrências de sujeito nulo contra três ocorrências de sujeitos foneticamente realizados. As sentenças em (3) são exemplos de sentença com sujeito nulo cujo verbo se apresenta no futuro simples, encontrada no *corpus*.

(3) a. São perguntas que **cv** faremos depois da edição *Repórter CBN*.

b. **cv** Daremos prioridade à Escola Pública tradicional.

Das quatro ocorrências de sujeito nulo com o verbo no futuro simples, todas ocorreram com a 1ª pessoa do plural (nós), onde a flexão é claramente distinta daquela das demais pessoas.

A análise dos demais tempos verbais indicou a seguinte ordem de favorecimento do apagamento do sujeito: pretérito perfeito, pretérito imperfeito e presente. Esta hierarquia foi também encontrada por Duarte (1995), embora em outras proporções.

Das 35 ocorrências de sujeito nulo no pretérito perfeito, 21 fazem parte de sentenças flexionadas para a 1ª pessoa, conforme os exemplos em (4).

- (4) a. Aliás, **cv** tive a ocasião de agradecer em mil novecentos e sessenta e alguma coisa,....
 b. Quando ele foi no Brasil, **cv** conversei com ele, mas **cv** não acredito que ele fez uma coisa dessa.

A observação de sentenças como as em (4) e o exame do paradigma verbal do pretérito perfeito, exemplificado em (5), nos permitem afirmar que flexão de 1ª pessoa nesse tempo verbal é suficientemente rica e distinta da flexão das demais pessoas para permitir a recuperação do conteúdo do sujeito nulo.

- (5) eu falei a gente falou/nós falamos
 você falou vocês falaram
 ele falou o pessoal falou/eles falaram

Das 35 ocorrências de sujeito nulo com o verbo no pretérito perfeito já referidas, encontrei uma única ocorrência com a flexão de 2ª pessoa, conforme o exemplo em (6).

- (6) Falante A. Mas você não começou no kart?
 Falante B. Eu comecei. **cv** Comecei no kart.
 Falante A. **cv** Começou na bicicleta que eu sei. Como é que foi a da bicicleta?

O fato de a flexão de 2ª pessoa não ser distinta das flexões de 3ª pessoa do singular, de 1ª pessoa do plural (no caso de *a gente*) e de 3ª de plural (no caso de *o pessoal*), dificultando assim a recuperação do conteúdo do sujeito nulo a partir da morfologia apenas, sugere que a recuperação do conteúdo do sujeito nulo na sentença introduzida por *começou* seja dependente do contexto.

Ainda em relação ao pretérito perfeito, temos 13 ocorrências de sujeitos nulos de 3ª pessoa, conforme os exemplos em (7).

- (7) a. ...fazer como o Prost fez, que brigou até o último dia que ele saiu da Fórmula Um com o Senna, **cv** escreveu um livro falando mil coisas, ... depois, **cv** vai lá no dia do enterro.

- b. O crescimento da oferta hoteleira, ... especialmente, que os cruzeiros, os navios deixaram de participar desse segmento. **cv** Fizeram muito bem em optar pelo cruzeiro marítimo...
- c. Quanto ao um outro aspecto que você falou, que o pessoal de São Gonçalo... reclamou que foi mal atendido, eu gostaria até de saber aonde **cv** foi mal atendido porque isso ...

A análise das três sentenças em (7) parece evidenciar que, a exemplo do que ocorre com os sujeitos nulos de 2ª pessoa, os sujeitos nulos de 3ª pessoa necessitam do contexto para que possam ter seus conteúdos recuperados.

Em relação ao pretérito imperfeito, temos o seguinte quadro: das 7 ocorrências de sujeitos nulos nesse tempo verbal, 5 ocorreram com a 1ª pessoa (quatro no singular e uma no plural). Em (8), estão reproduzidas algumas sentenças com o sujeito nulo na 1ª pessoa do singular.

- (8) a. Primeiro, eu tive sob minha administração todos os depósitos regionais de material bélico... todos esses depósitos eram administrados por mim. Aonde? Em todo o Estado do Pará e do Amapá. ... Mais ainda: todo o Sul de Minas. Todos esses depósitos eram administrados por mim. Como **cv** ia receber tudo isso e como distribuir ...
- b. ...eu viajei muito e **cv** tava contando aqui aos nossos amigos que eu abri o Caribe.
- c. O turismo internacional sob dois prismas: o exportativo, a saída de brasileiros que hoje em grande número, não obstante crise, recessão, etc, seguem viajando bastante e reconhecidos como um dos melhores gastadores, melhores consumidores nas viagens internacionais e **cv** queria te ouvir também no que tange ao turismo receptivo.

As sentenças em (8) tiveram seus contextos reproduzidos para que fosse possível observar a particularidade que envolve a recuperação do conteúdo dos sujeitos nulos nessas sentenças, tendo em vista que nesse tempo verbal as três pessoas do singular apresentam a mesma flexão, conforme evidencia o paradigma verbal exemplificado em (9).

(9) eu ia	a gente ia/nós íamos
você ia	vocês iam
ele ia	o pessoal ia/eles iam

Em (8a), temos uma sentença com o verbo na 1ª pessoa do singular, não sendo possível a recuperação do conteúdo do sujeito nulo a partir da flexão. Sendo assim, é preciso postular que a recuperação do conteúdo do sujeito nulo se dá em função do contexto. O único antecedente possível, neste caso, é fornecido pela sentença introduzida por *eu tive*. Uma outra possibilidade seria a postulação de um princípio pragmático onde, na impossibilidade da recuperação do conteúdo do sujeito via flexão ou contexto, o sujeito seria sempre de 1ª pessoa.³ A postulação de que o sujeito nulo possa ter a sua recuperação feita a partir do contexto ou pela atuação de um princípio pragmático talvez ajude no entendimento da sentença (8b), onde a flexão, como na sentença (8a), não permite a recuperação do conteúdo do sujeito nulo. Nesta sentença, temos uma estrutura coordenada e como primeira hipótese poderíamos postular que isto é suficiente para a identificação do sujeito, a exemplo do que ocorre nas línguas onde o sujeito nulo não é autorizado. Acontece que as estruturas coordenadas das línguas que não autorizam o sujeito nulo não envolvem mudança de tempo, como ocorre com a sentença em (8b). Assim, parece plausível postular que temos um caso em que o sujeito nulo tem o seu conteúdo recuperado a partir do contexto ou a partir de um princípio pragmático do tipo referido anteriormente.

A sentença em (8c), como as anteriores, apresenta um problema no que diz respeito à análise da recuperação do conteúdo do sujeito nulo. Trata-se de um início de turno onde até a ocorrência do sujeito

nulo não aparece explicitamente nenhum sujeito. É preciso levar em conta que temos uma entrevista, que envolve somente duas pessoas, o que parece favorecer a atuação de um princípio pragmático. Além disso, a presença do pronome *te* pode estar desempenhando algum papel na recuperação do conteúdo do sujeito.

Além das 5 ocorrências de sujeito nulo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito, temos 2 ocorrências de sujeito nulo na 3ª pessoa desse tempo verbal, conforme os exemplos em (10).

- (10) a. A mão-de-obra brasileira, especificamente no Nordeste, é muito difícil. Nós tivemos uma corrente migratória. São Paulo hoje é uma cidade nordestina porque **cv** não via um meio de vida lá.
- b. Eu parabenizei ao Ministro Mário Henrique Simonsen pela divulgação que ele estava fazendo da Disney. Porque foi o único homem que levou para as primeiras páginas dos jornais a proibição de viajar pra Disney. Então, aquilo gerou uma demanda comprimida tremenda e, depois foi aquele *boom* porque **cv** acabou lendo no jornal que **cv** não podia ir.

As sentenças em (10), a exemplo do que ocorre com as sentenças em (6) - (8), não podem ter os conteúdos dos seus sujeitos nulos recuperados somente pela flexão. Sendo assim, parece razoável supor que a recuperação seja dependente do contexto. Outra possibilidade é que os sujeitos das sentenças em (10) não tenham caráter referencial, sendo, por exemplo, análogos ao sujeito da sentença em (11).

- (11) **cv** Diz que amanhã vai chover.

A distribuição de sujeitos nulos com o verbo no presente do indicativo se assemelha àquela de sujeitos nulos com o verbo no pretérito perfeito. Das 62 ocorrências de sujeito nulo em sentenças em que o verbo aparece no presente do indicativo, 35 apresentam o verbo flexionado para a 1ª pessoa, conforme os exemplos em (12).

(12) a. **cv** Sou rubro-negro doente.

b. Então, como é que **cv** podemos controlar, como é que o mercado, como é que a EMBRATUR, como é que as...

Aqui, como no caso dos sujeitos nulos de 1ª pessoa com o verbo no pretérito perfeito, a flexão é suficiente para permitir a recuperação do conteúdo do sujeito nulo. Isto, no entanto, não é o que parece acontecer na única ocorrência de sujeito nulo de 2ª pessoa no presente do indicativo, conforme o exemplo em (13).

(13) Falante A: Dr. Jorge Bittar, faltou dizer qual é o seu time de predileção.

Falante B: **cv** Sou rubro-negro doente.

Falante A: Então **cv** está de alma lavada, porque o Flamengo teve uma importante vitória contra o Botafogo.

No exemplo em (13), como nos exemplos (6) - (8), a recuperação do conteúdo do sujeito nulo parece depender do contexto.

Resumindo: os dados parecem evidenciar dois processos de recuperação do conteúdo de sujeitos nulos. Enquanto os conteúdos dos sujeitos nulos das sentenças em (3), (4) e (12) seriam recuperados através da flexão, os conteúdos dos sujeitos nulos das sentenças (6) - (8) e (13) seriam recuperados através do contexto. Se esta hipótese estiver correta, então o sujeito nulo das sentenças em (6) - (8) e (13) teria um caráter diferente daquele das sentenças em (3), (4) e (12), por exemplo.

3. PROPOSTA DE ANÁLISE

Eu vou apresentar, inicialmente, duas propostas recentes de análise para o fenômeno do sujeito nulo no português do Brasil: a análise de Figueiredo Silva (1994) e a de Duarte (1995). Estas duas propostas têm em comum o fato de pressuporem que a realização do sujeito nulo esteja condicionada à existência de parâmetros específicos, como o *parâmetro pro-drop* ou o *parâmetro do tópico zero*.

Depois, eu vou apresentar uma proposta alternativa de análise, baseada na idéia de que a produção de sujeitos nulos decorre da atuação de princípios de economia. Procurarei mostrar como essa análise dá conta dos dados apresentados na seção anterior, ou seja, como ela dá conta do fato de o português do Brasil apresentar sujeitos nulos que podem ter seus conteúdos recuperados de duas maneiras diferentes: através da flexão e do contexto.

3.1. A proposta de Figueiredo Silva (1994)

Figueiredo Silva defende que o pro referencial desapareceu completamente do português do Brasil. Ela analisa separadamente os sujeitos nulos em orações independentes e encaixadas e propõe inicialmente a seguinte sentença interrogativa como parte da argumentação de que o PB não possui sujeito nulo referencial de natureza pronominal.

(14) *O que (é que) **cv** comprei ontem?

Figueiredo Silva afirma que a agramaticalidade da sentença em (14) é uma evidência da sensibilidade do sujeito nulo ao movimento *qu-* e, conseqüentemente, uma evidência do seu caráter não-pronominal. Em outras palavras, o sujeito nulo não é possível em (14), porque a posição de especificador do sintagma complementizador não está disponível para o sujeito.

Para manter a proposição de que no PB não há sujeito nulo referencial de natureza pronominal, a autora propõe que a sentença declarativa em (15a) tenha a estrutura representada em (15b).

(15) a. **cv** Comprei um carro ontem.

b. [_{CP} **cv**_i [_{AGRSP} t_i comprei um carro ontem]]

Segundo a representação proposta em (15b) por Figueiredo Silva, a categoria vazia se desloca da posição de AGRSP até a posição de especificador de CP para procurar no discurso o traço de pessoa ausente em AGRP.

Ainda como parte da argumentação de que o sujeito nulo referencial no PB não possui caráter pronominal, Figueiredo Silva apresenta as sentenças em (16), onde o sujeito nulo da oração encaixada não pode ser referencialmente autônomo.

(16) a. *A Maria disse que **cv** vendi o carro muito caro.⁴

b. Eu_i, a Maria disse que **cv**_i vendi o carro muito caro.

A agramaticalidade de (16a) indica, segundo a autora, que, mesmo onde a flexão é distinta daquela das demais pessoas, como acontece com a 1ª pessoa do singular, o sujeito nulo da oração encaixada não pode ser interpretado independentemente do sujeito da oração principal.

Os fatos apresentados em (14) e (16) evidenciam, segundo Figueiredo Silva, a ausência de sujeito nulo de caráter pronominal. Ela propõe que o sujeito nulo no português do Brasil ou apresenta caráter de variável ou apresenta caráter anafórico. Este último está exemplificado em (17).

(17) A Maria_i olha pro chão toda vez que **cv**_i fala com o José.

3.2. A proposta de Duarte (1995)

Ao contrário de Figueiredo Silva (1994), que propõe a existência de sujeitos nulos de duas naturezas diferentes - sujeitos nulos variáveis e anafóricos, Duarte (1995) propõe que todos os sujeitos nulos no português do Brasil tenham caráter pronominal, ou seja, ela propõe que todos os sujeitos nulos no PB sejam pro. Essa proposição é feita com base na argumentação de que o que ocorre no PB não é a eliminação do sujeito nulo pronominal, mas sim a existência de um sistema *pro-drop* deficiente. A autora propõe que o sujeito nulo seja licenciado no PB, mas devido ao enfraquecimento da flexão, mais especificamente do traço de pessoa, a identificação se torna cada vez mais restrita. Além disso, ela observa que os contextos onde o sujeito nulo no PB é improdutivo são os mesmos onde o sujeito nulo nas

línguas *pro-drop* ocorre obrigatoriamente.⁵ Finalmente, ela observa que não há no português do Brasil contextos obrigatórios de sujeito nulo.

Duarte se utiliza do arcabouço teórico proposto por Roberts (1993), que propõe que o enfraquecimento do paradigma flexional determina a perda da uniformidade funcional. Isto é, ao invés de o enfraquecimento do paradigma flexional provocar uma diminuição da taxa de sujeito nulo somente nas pessoas onde não há flexão distintiva, ele provoca uma diminuição na taxa de sujeito nulo como um todo, o que explicaria a diminuição da taxa de sujeito nulo de 1ª pessoa.

Duarte propõe ainda que o fato de o português do Brasil cada vez mais exigir um referente no contexto para a identificação do sujeito nulo não é suficiente para o estabelecimento desse sujeito como não-pronominal.

O ponto central da análise de Duarte é que o português do Brasil vive um processo de mudança de um sistema *pro-drop* para um sistema *não-pro-drop*, observando que o PB neste momento apresenta tanto as propriedades das línguas marcadas positivamente para esse parâmetro quanto as propriedades das línguas não marcadas positivamente.

3.3. Por uma proposta de um sistema misto de sujeitos nulos no português do Brasil

Como já afirmei no início desta seção, Figueiredo Silva (1994) defende a hipótese de que todos os sujeitos nulos referenciais no PB tenham caráter de variável. Para isso, ela se baseia na agramaticalidade de sentenças como as exemplificadas em (14) e (16a), aqui repetidas.

(18) a. O que (é que) **cv** comprei ontem?

b. A Maria disse que **cv** vendi o carro muito caro.

Para explicar a agramaticalidade da sentença em (18a) e assim invalidar a possibilidade de o sujeito nulo no PB ter caráter prono-

minal, ela propõe a interferência do movimento de palavras *qu-* e para explicar a agramaticalidade da sentença em (18b), ela propõe a impossibilidade de autonomia do sujeito nulo da oração encaixada em relação ao sujeito da oração principal. No entanto, no *corpus* por mim analisado, encontrei exemplos de sentenças que parecem constituir contra-evidência para a agramaticalidade dessas sentenças.

- (19) a. Então, predominantemente, o que ___ iremos fazer?
b. Então, como é que ___ podemos controlar, como é que o mercado, como é que a EMBRATUR...

Constituindo-se em contra-evidência para a agramaticalidade da sentença em (18a), as sentenças em (19) se constituem também em contra-evidência para a sensibilidade do sujeito nulo ao movimento de palavras *qu-*, pelo menos com a 1ª pessoa. Este fato, somado ao observado na seção anterior no que diz respeito ao modo como os sujeitos nulos de 1ª pessoa são recuperados, permite-nos, pelo menos provisoriamente, afirmar que o sujeito nulo de 1ª pessoa no PB, exemplificado em (15a) e (19), ao contrário do que afirma Figueiredo Silva (1994), possui caráter pronominal.

Para mantermos a proposição de que o sujeito nulo de 1ª pessoa é de fato um pronome, teríamos também que invalidar a proposição de que a sentença em (18b) é agramatical. Ou seja, teríamos que conseguir evidências de que esse sujeito nulo em uma oração subordinada pode ter referência autônoma em relação ao sujeito da oração principal. Em (20), está reproduzida uma sentença, ouvida acidentalmente, onde fica evidenciada a possibilidade de autonomia do sujeito nulo de 1ª pessoa.

- (20) Eles não ligam pra nós. **cv** Não ligam se **cv** arriscamos nossas vidas.

Sendo assim, parece plausível afirmar que o sujeito nulo de 1ª pessoa no português do Brasil, do tipo exemplificado em (16a), (19) e (20), tem caráter pronominal. O problema passa a ser, então, a investigação do caráter do sujeito nulo em sentenças cujos verbos

estão flexionados para as 2^a e 3^a pessoas. Uma estratégia possível de investigação seria seguir o mesmo caminho percorrido para a investigação do caráter do sujeito nulo de 1^a pessoa. Poderíamos, inicialmente, nos perguntar se há alguma sentença produzida pelos nossos informantes que se constitua em contra-evidência para a sensibilidade dos sujeitos nulos de 2^a e 3^a pessoas ao movimento qu-. Como não foi encontrada nenhuma sentença desse tipo no corpus, proponho as duas sentenças em (21), análogas às sentenças em (19), para que possamos verificar a sensibilidade desses sujeitos nulos ao movimento de palavras qu-, em sentenças flexionadas, para essas pessoas.

- (21) a. *Então, dominantemente, o que ___ irá fazer?
 b. *Então, como é que ___ pode controlar, como é que o mercado, como é que a EMBRATUR...

A agramaticalidade das sentenças em (21) evidencia a sensibilidade dos sujeitos nulos de 2^a e 3^a pessoas ao movimento de palavras qu-. Se as duas sentenças em (21) fossem pronunciadas por um falante nativo do português do Brasil, certamente seus sujeitos nulos ou teriam referência arbitrária ou então teriam que estar coindexados a algum elemento do discurso. Quando verificamos a possibilidade de autonomia do sujeito nulo de uma oração subordinada em relação ao sujeito da oração principal, temos o seguinte quadro, expresso em (22).

- (22) a. São Paulo hoje é uma cidade nordestina porque **cv** não via um meio de vida lá.
 b. A Maria_i olha pro chão toda vez que **cv**_i fala com o José.⁶

As sentenças em (22) evidenciam que os sujeitos nulos de 3^a pessoa, quando numa oração subordinada, ou possuem referência arbitrária ou possuem a mesma referência do sujeito da oração principal. Este fato, somado ao observado na seção anterior no que diz respeito ao modo como o sujeito nulo das sentenças flexionadas para as 2^a e 3^a pessoas é recuperado, permite-nos afirmar que o

sujeito nulo das sentenças flexionadas para essas pessoas possui caráter de variável.

Resumindo: o sujeito nulo de 1ª pessoa não se mostra sensível ao movimento de palavras *qu-* e apresenta referência autônoma quando numa oração subordinada, enquanto os sujeitos nulos de 2ª e 3ª pessoas se mostram sensíveis ao movimento de palavras *qu-* e, quando numa oração subordinada, são correferentes ao sujeito da oração principal ou então possuem referência arbitrária. Sendo assim, parece plausível postular que os sujeitos nulos no português do Brasil são representados mentalmente de duas maneiras diferentes: enquanto o sujeito nulo de 1ª pessoa parece apresentar um caráter pronominal, os sujeitos nulos de 2ª e de 3ª pessoas apresentariam um caráter de variável.

Pela análise de Speas (1995), resumida na primeira seção, a possibilidade de realização do sujeito nulo decorre da atuação de princípios de economia. Segundo a autora, as línguas que autorizam o sujeito nulo são aquelas que atendem às imposições dos princípios de economia sem ter que preencher a posição de especificador de AGRP até *spell-out*.

O PB, tendo um paradigma pleno, **pode** gerar AGR como núcleo independente.⁷ Conforme já foi visto, se AGR é gerado como núcleo independente, então AGRP pode ser projetado sem um especificador até *spell-out*. Ocorre, no entanto, que os contextos onde os sujeitos nulos no PB aparecem, sobretudo em orações principais, são bem mais restritos do que aqueles do italiano e do espanhol. Como já foi visto, o sujeito nulo de 1ª pessoa parece depender menos do contexto para a sua recuperação do que os sujeitos nulos de sentenças flexionadas para as 2ª e 3ª pessoas. Sendo assim, eu visualizo duas análises possíveis para o fenômeno do sujeito nulo no PB, expostas abaixo.

Uma dessas análises possíveis seria aquela que proporia que AGR seria gerado como um núcleo independente para todas as pessoas, autorizando assim o sujeito nulo em todas elas. Mas, devido ao enfraquecimento do paradigma verbal resultante de um processo

de mudança em curso, o sujeito nulo no PB dependeria cada vez mais de um antecedente no discurso para que o seu conteúdo possa ser recuperado no processamento, sobretudo onde não há distinção de pessoa. Esta é, em essência, a tese de Duarte (1995). Uma vantagem desta proposta é que ela dá conta da existência no português do Brasil dos sujeitos nulos não referenciais e dos sujeitos nulos expletivos. O problema com esta hipótese é o tratamento uniforme de todos os sujeitos nulos como pronomes, o que não retrata o comportamento não uniforme que vimos nos dados mostrados anteriormente.

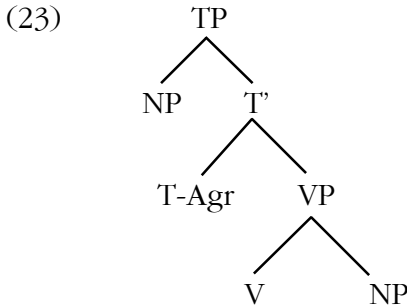
Uma outra explicação possível seria aquela que propõe que o português do Brasil vive um processo de mudança cuja conseqüência é a alteração no *status* de AGR pessoa a pessoa. Essa alteração poderia estar acontecendo em uma das duas direções descritas a seguir. A primeira possibilidade de alteração no *status* de AGR seria a perda pessoa a pessoa da possibilidade de AGR ser gerado como um núcleo independente. Uma segunda possibilidade de alteração do *status* de AGR levaria a perda pessoa a pessoa da possibilidade de AGR ser gerado.

Qualquer que seja a opção, eu proponho que a flexão de acordo de 1ª pessoa de alguns tempos verbais, como o presente e o pretérito perfeito do indicativo, seja gerada como um núcleo independente. A conseqüência seria a possibilidade de o especificador de AGRP não ser preenchido até *spell-out*, autorizando assim o sujeito nulo. Esse sujeito nulo de 1ª pessoa teria um caráter pronominal e não dependeria, portanto, de um antecedente no discurso para que o seu conteúdo possa ser recuperado.

A proposição de que o sujeito nulo de 1ª pessoa tenha um caráter pronominal faz que o português do Brasil compartilhe com o italiano e o espanhol a propriedade de sujeito nulo pronominal, que agora nada mais é senão o especificador não preenchido de um AGR lexical projetado.⁸

Para as 2ª e 3ª pessoas do singular e também para a 1ª pessoa do plural no caso de o antecedente discursivo ser a expressão *a gente* e para a 3ª do plural no caso de o antecedente discursivo ser a

expressão *o pessoal*, teríamos as duas opções apontadas acima, quais sejam: ou AGR não gerado como um núcleo independente ou AGR não gerado. Na primeira dessas opções, poderíamos propor, como Galvez (1991, 1993) faz para todas as pessoas, que AGR não seja gerado como um núcleo independente, mas sim como um afixo de TENSE, conforme a representação em (23).



A proposição de que AGR seja gerado como um feixe de traços incorporados a TENSE constituiria uma modificação em relação à proposta original de Speas (1995), uma vez que neste sistema, se AGR não é gerado como um núcleo independente, ou ele é gerado sobre o verbo ou ele não é gerado.

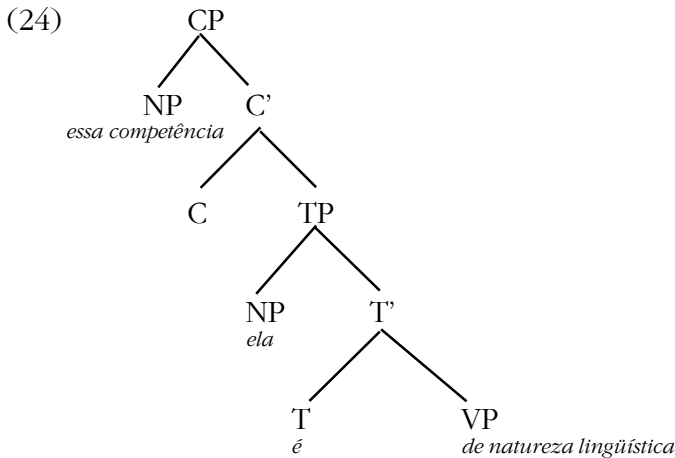
O problema com esta proposta é que a existência de AGR, ainda que de um modo residual, implicaria na projeção de AGRP. Um vez que o núcleo de AGR, neste sistema, é gerado sobre TENSE, então a única maneira de AGRP ser projetado seria haver um movimento do sintagma nominal para a posição de especificador dessa projeção, desautorizando assim o sujeito nulo. Dados mostrados anteriormente evidenciam, no entanto, a existência de sujeitos nulos de 2^a e de 3^a pessoas no português do Brasil.

A outra possibilidade de análise seria propor que o PB vive um processo de mudança, que estaria resultando no desaparecimento das flexões de acordo referentes às 2^a e 3^a pessoas. Neste contexto, AGRP não seria projetado e não há complexo AGR-TENSE, mas TENSE somente. Se AGRP não é projetado, então nenhum princípio obriga o movimento de um sintagma nominal antes de *spell-out*. A conse-

qüência é a possibilidade de haver sujeito nulo. Esta hipótese, portanto, é a que me parece mais plausível. Importante notar que, uma vez que AGR não é projetado, a única maneira para recuperar o conteúdo do sujeito nulo é através da sua coindexação com um antecedente do discurso.

Admitindo que a flexão de acordo referente às 2^a e 3^a pessoas não seja gerada, necessário se faz explicitar qual a posição que o sujeito ocupa nas sentenças interpretadas para essas pessoas e como o caso nominativo é atribuído a esse sujeito. Minha proposta é de que o sujeito, nulo ou não, nas sentenças interpretadas como de 2^a e 3^a pessoas, ocuparia a posição de especificador de TENSE, onde também receberia, na configuração especificador-núcleo, o caso nominativo.

Nesta análise, em que o sujeito ocupa a posição de especificador de TENSE, o sujeito tópico ocupa a posição de especificador de CP, conforme a representação a seguir.⁹



Resumindo: eu proponho que na 1^a pessoa, nós teríamos predominantemente a estrutura das línguas românicas do tipo italiano e espanhol, com AGR sendo gerado como um núcleo independente e o caso nominativo sendo atribuído ao sintagma nominal sujeito na posição de especificador de AGRP. Nas demais pessoas, nós

estariamos vivendo uma etapa mais avançada de um processo de mudança resultando na não geração de AGR. Neste caso, o sujeito propriamente dito ocuparia uma posição mais baixa na sentença do que aqueles do italiano e do espanhol, recebendo o seu caso nominativo na posição de especificador de TENSE.

Propondo que na 1ª pessoa de tempos verbais como o presente do indicativo e o pretérito perfeito AGR seja gerado como um núcleo independente, o que o coloca na mesma situação dos AGRs gerados em línguas como italiano e espanhol, nós damos conta do fato de no PB o sujeito nulo de 1ª pessoa não depender de um antecedente no discurso. Além disso, damos conta também do fato de o sujeito nulo de 1ª pessoa, quando numa oração subordinada, poder ter uma referência autônoma em relação ao sujeito da oração matriz. E finalmente, damos conta do fato de o sujeito nulo de 1ª pessoa, diferentemente dos de 2ª e de 3ª pessoas, não ser sensível ao preenchimento do especificador de CP por movimento *qu-*. Ou seja, propor que AGR de 1ª pessoa seja gerado como um núcleo independente, permite-nos sustentar a hipótese de que o sujeito nulo de 1ª pessoa tenha um caráter pronominal.

Da mesma maneira, propondo que a flexão de acordo nas demais pessoas não seja gerada, nós damos conta da impossibilidade de referência autônoma dos sujeitos nulos de 2ª e de 3ª pessoas em orações subordinadas. Além disso, damos conta também da impossibilidade de o sujeito nulo de 2ª e de 3ª pessoas ter o seu conteúdo recuperado através da flexão. Ou seja, a não geração de AGR faz que o sujeito nulo não dependa de AGR para a sua recuperação, mas impõe a obrigação da existência de um antecedente no discurso para que esse sujeito nulo possa ter o seu conteúdo recuperado.

Se, por exemplo, o sujeito nulo de 3ª pessoa for produzido sem que haja um antecedente para permitir a sua recuperação, então necessariamente esse sujeito nulo será interpretado como um sujeito sem referência, nos moldes do exemplo em (25).

(25) a. **cv** Diz que amanhã vai chover.

b. São Paulo hoje é uma cidade nordestina porque **cv** não via um meio de vida lá.

A imposição de que o sujeito nulo de 2^a e de 3^a pessoas tenha um antecedente no discurso para que o seu conteúdo possa ser recuperado coloca o português do Brasil ao lado de línguas como o chinês e o japonês.

A proposta defendida neste trabalho poderia ser qualificada como intermediária entre a proposta de Figueiredo Silva (1994) e a de Duarte (1995), no sentido que ao invés de ver o sujeito nulo no português do Brasil ou como uma variável ou como um pronome, propõe que esse sujeito nulo pode ser um pronome ou uma variável, dependendo da pessoa sintática em questão.

NOTAS

¹ Respectivamente, categorias funcionais de acordo, tempo e aspecto.

² Duarte (1995) apresenta dados que evidenciam uma distribuição diferenciada de sujeitos nulos em função do sexo. Para os propósitos deste trabalho, no entanto, esta distinção não parece relevante.

³ Speas (comunicação pessoal) afirma que em japonês um verbo sem flexão é sempre assumido como sendo de 1^a pessoa, a menos que alguma outra pessoa tenha sido explicitamente mencionada.

⁴ Ainda nesta seção, eu vou apresentar dados que evidenciam que as sentenças em (14) e (16a), ao contrário do que propõe a autora, são gramaticais no português do Brasil.

⁵ Quando Duarte fala de contextos obrigatórios de sujeito nulo em línguas como o italiano, ela está fazendo referência àqueles casos em que o referente é esperado, como na sentença em (i) a seguir.

(i) Mario, si è spaventato dopo che pro_i/*lui_i ha visto quel film.

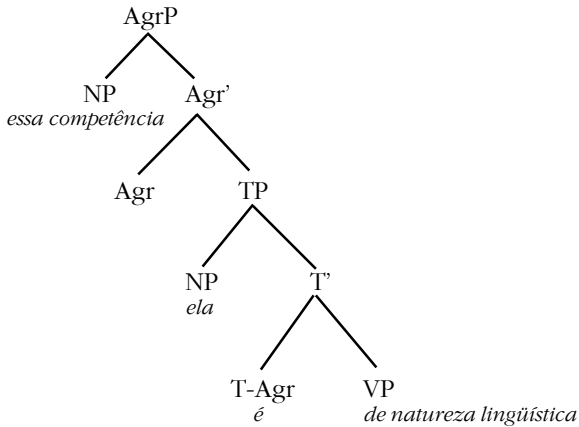
⁶ O exemplo em (22b) é de Figueiredo Silva (1994).

⁷ Ver página 3, onde a noção de paradigma pleno é apresentada.

⁸ Segundo Speas (1995), pro permanece dentro de VP até *spell-out*, deixando assim o especificador de AGRP vazio. Na *forma lógica*, pro se move em direção a esse especificador.

⁹ Para esse tipo de frase, Galvez (1991, 1993) propõe um segundo AGR sem realização morfológica conforme a representação a seguir.

(i)



Esta proposta é alvo de objeção em Figueiredo Silva (1994), com o argumento de que ela não dá conta da impossibilidade de movimento qu- em estruturas com duplo sujeito, conforme os exemplos a seguir.

(ii) A Maria_i, quem que ela_i encontrou?

(iii) *Quem que a Maria_i ela_i encontrou?

BIBLIOGRAFIA

- DUARTE, M.E.L. *A perda do princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 1995.
- FIGUEIREDO Silva, M.C. *La position sujet en Portugais Brésilien (dans les phrases finies et infinitives)*. Tese de Doutorado: Université de Genève, 1994.
- GALVEZ, C. *Agreement and subjects in Brazilian Portuguese*. UNICAMP, (mimeo), 1991.
- GALVEZ, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In I. Roberts e M. Kato (orgs.) *Português Brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- ROBERTS, I. *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Foris, 1993.
- ROHRBACHER, B. *The Germanic VO Languages and the full paradigm: a theory of V to I raising*. Tese de Doutorado: University of Massachusetts, 1993.
- SPEAS, M. *Economy, agreement and the representation of null arguments*, (mimeo), 1995.